

MERCADO EM 2014

## DIFICULDADES ECONÓMICAS AINDA ESTÃO PRESENTES, MAS HÁ INDÍCIOS ENCORAJADORES



■ O sentimento é positivo. Muitos dos principais players do mercado da advocacia vocacionada para prestar serviços jurídicos às empresas acreditam que este ano a economia pode crescer - quer no País, quer no plano internacional. É verdade que os sinais da crise não vão mudar de um momento para o outro, mas a continuidade da aposta na diversificação de mercados e a reanimação de áreas como as do direito imobiliário e de fusões e aquisições são factores apontados como indicadores de um 2014 mais auspicioso.

As “expectativas são melhores e mais animadoras” para este ano, embora não seja provável que 2014 “seja dramaticamente diferente de 2013, como 2013 não o foi de 2012”, considera o responsável de uma grande sociedade de advogados.

O crescimento nos mercados internacionais, “reforçando a componente de internacionalização e de exportação de serviços jurídicos”, é uma das certezas apontadas para este novo ano. Quanto ao mercado interno, dependerá de como evoluir a situação económica e política do País.

“Teremos mais trabalho de ‘crise’ se esta persistir ou não se afastar e menos trabalho de crise se os sinais de retoma se consolidarem e começarem a determinar o rumo da nossa economia. Gostávamos muito de trabalhar mais em investimento privado estrangeiro em Portugal mas é necessário que sejam criadas condições para que isso aconteça”, avança um outro player do mercado da advocacia societária. A mesma fonte acrescenta que essas soluções têm de ser encontradas por um todo

---

**AS “EXPECTATIVAS SÃO MELHORES E MAIS ANIMADORAS” PARA ESTE ANO, EMBORA NÃO SEJA PROVÁVEL QUE 2014 “SEJA DRAMATICAMENTE DIFERENTE DE 2013, COMO 2013 NÃO O FOI DE 2012”**



**“A ORDEM DEVE TER UM NÍVEL DE EXIGÊNCIA NA SELECÇÃO DOS SEUS PROFISSIONAIS SUPERIOR AO DAS OUTRAS PROFISSÕES JURÍDICAS, ESTANCANDO-SE O FENÓMENO DA MASSIFICAÇÃO”**

colectivo, onde inclui a sociedade civil, empresas, governo, partidos políticos e sindicatos.

Face ao trabalho que os advogados actualmente têm entre mãos, há a certeza de que se manterá a tendência de crescimento do contencioso, em particular do contencioso tributário e do laboral. São ainda os sinais da crise a fazer-se sentir.

Há contudo também quem acredite que “áreas como a de fusões e aquisições possam finalmente recuperar algum dinamismo e que os investidores internacionais de dimensão e com credibilidade escolham o nosso País como a melhor opção para os seus investimentos”. São indicações em sentido oposto ao da conjuntura dos últimos anos, logo sinais positivos.

Como o são igualmente as apostas continuadas na internacionalização dos prestadores de serviços jurídicos. A tendência é para manter, asseguram vários actores do sector, dando assim a indicação de que o tecido empresarial português não deixará de lado o objectivo de diversificar os seus mercados.

#### **ANO DE NOVIDADES NA ORGANIZAÇÃO DOS TRIBUNAIS E NA ORDEM**

Num ano em que o sector da Justiça deverá ficar marcado pela implementação no terreno do novo mapa judiciário, poderão fechar

22 tribunais e 25 ser reduzidos a pequenas secções. No seio da advocacia o assunto está longe de ser pacífico e a nova bastonária, Elina Fraga, já o fez saber, ao anunciar que um dos desafios imediatos do seu mandato é convencer a ministra da Justiça, Paula Teixeira da Cruz, a não avançar com o encerramento ou desqualificação de alguns tribunais, tal como previsto no âmbito da reforma em curso do mapa judiciário português. “Afastar o cidadão dos tribunais não é próprio de um Estado de Direito”, justificou.

Elina Fraga, ex-vice-presidente de António Marinho e Pinto, ergue, de acordo com o seu discurso, as mesmas bandeiras do anterior bastonário. “Preservar uma advocacia independente, afirmando a Ordem dos Advogados como baluarte da cidadania, restaurando a dignidade e prestígio do patrocínio forense, sempre tendo em vista os valores superiores do Estado de Direito” é outro dos seus objectivos.

Tal como travar o que designa por “massificação” da advocacia - excesso de advogados, em parte resultante da existência de um também por si considerado excessivo número de cursos de Direito. Segundo diz, “a Ordem deve ter um nível de exigência na selecção dos seus profissionais superior ao das outras profissões jurídicas, estancando-se o fenómeno da massificação”.

Igualmente crítica da relação entre alguma advocacia e os poderes políticos, Elina Fraga pretende também, conforme já afirmou, introduzir alguma moralização neste campo, deixando uma crítica mais ou menos explícita à designada “desjudicialização da justiça”, onde inclui a resolução alternativa de litígios. ■